

Um novo instrumento para lidar com o Estado

GERALDINHO VIEIRA
Editor do Caderno 2

O Conselho de Cultura não chega na hora certa. Era um desejo desde a época do regime autoritário. Sobreviveu todos estes anos. Já era para ter nascido antes que tantas asneiras tivessem sido feitas pela sucessão de administradores que colocaram na ordem do dia muito mais suas preferências e preconceitos pessoais que os interesses da comunidade, dos artistas, dos pensadores da cidade. Poderia ter nascido, no mais tardar, durante os 20 meses de governo do atual candidato Joaquim Roriz. Foi neste período que artistas e agitadores reto-

maram ânimo para intermináveis seminários em busca de propostas para uma política cultural e para voltar a pressionar o governo pela criação e posse do Conselho. Roriz institucionalizou um *Grupo de Trabalho* para formular as propostas que nasciam da comunidade, aceitou a votação comunitária para os integrantes do Conselho (são estes e mais os indicados pelo GDF que tomaram posse ontem), mas não suportou as pressões políticas que mantinham o maestro Marlos Nobre na Fundação Cultural. Foi capaz, apenas, de nomear a professora Laís Ademe para a Secretaria de Cultura que havia sido desocupada pelo advogado D'Allembert Jacoud. Laís conviveu aos trancos e barran-

cos com Marlos Nobre, tentou estabelecer algum funcionamento para a Secretaria, mas, de fato, a cidade estava fechada,ilhada. Os teatros fechados. Os poucos eventos conturbados.

O Conselho de Cultura não chega na hora certa, mas oficializa-se num momento de curiosas conotações. Primeiro porque os conselheiros têm mandato de dois anos (obviamente que não aqueles indicados pelo GDF, que certamente mudam depois da posse do novo governo) e são empossados por um governo que tem pela frente apenas poucos meses mais. No entanto, se considerarmos uma eventual vitória de Joaquim Roriz nas urnas, podemos considerar — também — a continuida-

de da atual estrutura da Secretaria, com a permanência de Márcio Cotrim no cargo.

A personalidade ao mesmo tempo atuante e vibrante de Márcio Cotrim e o sucesso de uma política de emergência empreendida nestes quase cinco meses são demonstração clara de um homem e um projeto que pretende sobreviver ao "mandato tampão" a que foi chamado. Por isso mesmo, Cotrim realizou, até então, uma vigorosa política de eventos: mostrou serviço, criou promoções, jogou fora dúvidas quanto à realização do Festival de Cinema, cria esperanças em grupos das satélites e atende aos anseios das artes plásticas por um MAB ressuscitado. Fez verdadeira "operação primavera" na

área cultural: verbas, eventos, solenidades, idéias.

A importância do Conselho de Cultura e sua oficialização em meio à trajetória Cotrim vai apontar rumos interessantes à cidade, sobretudo se Cotrim vier a continuar no cargo: o homem das mil e uma idéias e de penetrante circulação nos meios político e empresarial vai ter, agora, a colaboração decisiva de um Conselho cujas funções transcendem a mera aprovação ou não de calendários e verbas. O Conselho vai dar à Secretaria uma discussão aprofundada sobre prioridades para cada área da cultura brasiliense. Vai ser um canal reflexivo entre as reivindicações da cidade e a Secretaria. O Conselho vai;

enfim, cuidar para que o conceito de Cultura não se limite às artes e espetáculos (que são, sem dúvida, parte fundamental do processo cultural, mas não se bastam).

Com ou sem Cotrim (o futuro eleitoral definirá a situação) o Conselho nos moldes como está proposto é a salva-guarda da comunidade contra as vaidades, os preconceitos, as limitações e o excesso de virtudes do secretário de Cultura, do diretor da Fundação Cultural e do próprio governador. Demorou mas chegou: agora, é a comunidade que vai ter que aprender a lidar com a nova instância, pois passará a viver uma filosofia muito mais exigente e analítica do que a imposta por instâncias puramente reivindicatórias.